



Diálogos

ISSN 2177-2940



Lutando por terra: migração, acampamentos e ocupações de terras na Amazônia paraense

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i2.73812>

Airton dos Reis Pereira

 <https://orcid.org/0000-0002-8138-0169>

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus VIII/Marabá-PA, BR

E-mail: airton@uepa.br

Marcos Fábio Freire Montysuma

 <https://orcid.org/0000-0003-0895-7993>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, BR.

E-mail: mmontysuma@gmail.com

Fighting for land: migration, camps and land occupations in the Pará Amazon

Abstract: In this article we analyze the migration of rural workers to the Amazon of Pará, as well as the practice of camping and the new meanings of land occupations, in the process of the struggle for land, in recent years in the south and southeast of Pará. Furthermore, we problematize the squatter and landless designations in this part of the Amazon.

Key words: Amazon; Migration; Struggle for land.

Luchando por la tierra: migración, campamentos y ocupaciones de tierras en la Amazonía de Pará

Resumen: En este artículo analizamos la migración de trabajadores rurales a la Amazonía de Pará, así como la práctica del campismo y los nuevos significados de las ocupaciones de tierras, en el proceso de lucha por la tierra, en los últimos años en el sur y sureste de Pará. Además, problematizamos las designaciones de ocupantes ilegales y sin tierra en esta parte del Amazonas.

Palabras clave: Amazonía; Migración; Lucha por la tierra.

Lutando por terra: migração, acampamentos e ocupações de terras na Amazônia paraense

Resumo: Neste artigo analisamos a migração de trabalhadores rurais para a Amazônia paraense, bem como a prática do acampamento e os novos significados das ocupações de terras, no processo da luta pela terra, nos últimos anos no sul e sudeste do Pará. Além disso, problematizamos as designações posseiro e sem-terra nessa parte da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Migração; Luta pela terra.

Recebido em: 18/09/2024

Aprovado em: 12/03/2025

Este texto tem como objetivo refletir sobre a migração de trabalhadores rurais para a Amazônia paraense, mais especificamente para o sul e sudeste do Pará, bem como as designações acampamentos e ocupações de terra, no processo da luta pela terra nessa mesma parte do território amazônico.

A importância deste estudo reside na necessidade de problematizarmos os mecanismos de acesso à terra na perspectiva histórica. Assim, buscamos oferecer um instrumento para compreender o presente. Para evitar a calcificação do olhar simplório, desavisado que ignora e significa a questão da luta pela terra como algo pueril; que banaliza a luta e a perda de vidas no passado e presente, para conquistar um pedaço de terra; que ignora as vidas ceifadas de indígenas, de trabalhadores rurais, de extrativistas. É com esse intuito que nos lançamos nessa empreitada.

Para Girardi e Fernandes (2008), a luta pela terra é realizada pelos trabalhadores rurais ligados aos movimentos sociais do campo. No primeiro momento, segundo eles, trata-se das ocupações de imóveis que podem ser desapropriados; no segundo momento, após a criação dos assentamentos a partir dessas desapropriações, são as resistências desses trabalhadores na terra visando a garantia de infraestruturas e créditos necessários à sua permanência na terra, como estradas, energia elétrica, habitações, créditos para a produção e comercialização, e também a luta pela melhoria na educação e na saúde. Para os autores, as ações dos posseiros pela regularização de suas terras na Amazônia, também constituem parte da luta pela terra.

Compreendemos que a luta pela terra não só envolve um conjunto de atores e ações para além dos confrontos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras, mas, em muitos casos, é perpassada pela violência praticada por pistoleiros e por policiais a mando de grandes proprietários de terras. Em sua complexidade, a luta pela terra, nessa parte da Amazônia, embora envolva diretamente as disputas entre trabalhadores rurais, por um lado, e proprietários rurais, por outro, inclui a atuação de instituições do Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Polícia Militar - PM, a Polícia Civil - PC, juízes de comarcas locais, e as entidades de representação, e de mediação¹, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e a Igreja Católica - IC por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Nesse sentido, não podemos compreender a luta pela terra como ações desenvolvidas unicamente por trabalhadores rurais ou mesmo como um campo em que somente trabalhadores rurais e fazendeiros entram em disputas. É preciso considerar também o envolvimento e atuação desses diferentes atores nesses processos.

1 Sobre o conceito mediação, veja Novaes (1994), Medeiros e Esterici (1994) e Pereira (2008), onde desenvolve argumentos explicativos.

Para José Vicente Tavares dos Santos, a violência deve ser entendida como “[...] uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação a um outro” (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 288). Quando relacionamos as explicações de Tavares dos Santos à problemática agrária podemos compreender a violência como várias ações perpetradas contra as pessoas, tais como agressões, prisões, torturas, ameaças de morte, tentativas de assassinatos e assassinatos, mas existe outro patamar da violência que recai sobre a moradia e as unidades de produção desses sujeitos, configuradas em expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações. São práticas que, a nosso ver, acabam exercendo o papel na desestruturação de uma infraestrutura que mantém acesa a constituição dos grupos de vizinhanças e de um conjunto de relações sociais, que mantém a dinâmica e a coesão social dos trabalhadores rurais.

Quando lançamos um olhar mais apurado sobre a situação, não podemos nomear os trabalhadores rurais do sul e sudeste paraense como passivos diante das práticas da violência dos grandes proprietários rurais. Em diversos momentos, construíram formas próprias de resistência na terra ocupada, de reocupação de imóveis de onde haviam sido expulsos ou ocupação de outras propriedades improdutivas, além da ocupação de prédios públicos como forma de pressionar os governos federal e estadual pelo fim da violência, pela desapropriação de imóveis para fins da reforma agrária e assentamento das famílias, dentre outros aspectos correlacionados.

Para a construção deste texto, além de fontes bibliográficas, foram de grande importância a coleta dos conteúdos proporcionadas pelo conjunto de documentos disponíveis nos arquivos da CPT em Xinguara, Marabá e Belém, como cartas pastorais, os relatórios periódicos da CPT sobre a violência no campo, depoimentos de trabalhadores e diversas matérias de jornais de circulação regional e nacional sobre a problemática dos conflitos e da violência no campo. Foram, ainda, indispensáveis alguns relatos orais de agentes da CPT, de trabalhadores rurais e de sindicalistas sobre a problemática estudada.

Vale destacar que os relatos orais coletados nos possibilitam apreender posicionamentos políticos ou pontos de vista dos sujeitos envolvidos na problemática estudada, além de nos revelar aquilo que raramente aparece nos documentos escritos, uma vez que as fontes orais resultam da arte do diálogo, como nos indica Alessandro Portelli (2016), ao mesmo tempo em que deve ser sincero e respeitoso entre pesquisador/a e entrevistados/as, como pontua Marcos Montysuma (2006). Compreendemos a construção da entrevista dessa forma, quando as pessoas entrevistadas “[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Contudo, é preciso dispensar às fontes orais os mesmos controles críticos utilizados no

tratamento das demais fontes. Como bem adverte Regina Beatriz Guimarães Neto quando diz que

[...] é preciso dispensar às fontes orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais. A crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de investigação das suas próprias condições de produção – o lugar em que a pesquisa está circunscrita –, como se procede com as demais fontes (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 44).

Nesse percurso, os relatos orais, “[...] a memória-declarada, produzida como documento, torna-se narrativa histórica” (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 138), através do esforço do pesquisador-historiador que utiliza esse recurso como fonte no exercício do ato criativo discutindo a questão posta. Essa é uma dimensão contributiva da história oral na discussão que levamos a cabo.

Este trabalho está estruturado em quatro seções. Seguindo esta parte introdutória, onde discorreremos sobre a temática estudada e as fontes analisadas, na segunda seção, relatamos sobre a migração de trabalhadores rurais e as ocupações de terras devolutas e de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos no sul e sudeste do Pará. Na terceira parte, além da problematizarmos a designações *posseiro* e *sem-terra*, refletimos sobre prática do acampamento e os novos significados das ocupações de terras como desdobramentos da luta pós-acampamentos, como estratégias de resistência dos trabalhadores no processo da luta pela terra na região. Por último, nas considerações finais, procuramos demonstrar que os trabalhadores rurais ligados ao MST e aos STRs da região, embora tenham adotado o acampamento como uma das ferramentas importantes no processo de luta pela terra, tomaram a ocupação da terra como continuidade de suas lutas pós-acampamentos, especialmente em razão das necessidades de sobrevivência das famílias, como um aprendizado adquirido com os posseiros da década de 1980 e 1990.

A migração de trabalhadores rurais e ocupações de terras no sul e sudeste do Pará

A migração de trabalhadores rurais em busca da terra, no sul e sudeste do Pará, na Amazônia paraense, não é algo recente. É um fenômeno ocorrido desde o século XIX, sobretudo quando aumentou a navegação pelos rios Tocantins e Araguaia em razão das atividades auríficas e da criação de gado no norte goiano e no sul do Maranhão, da exploração do caucho no vale do Itacaiúnas e da criação de gado nos campos do sul do Pará. Segundo Silva Júnior, o trânsito pelos rios entre os sertões maranhense e goiano e a cidade de Belém se efetivava no “[...] sentido de adquirir provimentos para abastecer o comércio local, seja para fornecer a estes mesmos centros, produtos sertanejos como couro e sal ou para enviar os jovens sertanejos para a continuidade de seus estudos na capital paraense” (SILVA JÚNIOR, 2021, p. 34).

Esse processo fez com que inúmeras famílias sertanejas plantassem roças e erguessem

moradas às margens desses rios, moldando a paisagem “[...] onde podiam ser avistados pequenos ranchos e fazendas mais ou menos distantes entre si, assim como os núcleos populacionais que apareciam e desapareciam a depender do ritmo das embarcações” (SILVA JÚNIOR, 2021, p. 35). Conta frei Estevão Maria Gallais (1942) que, em 1896, Sant’Ana da Barreira já era “[...] um embrião de arraial, umas trinta cabanas alinhadas ao redor de uma pequena capela” (GALLAIS, 1942, p. 182) e que em seus campos, nas bacias do Inajá, do Arraías e do Pau D’Arco eram ocupadas por trabalhadores rurais e criadores de gado. Quando compreendemos a ocupação dessa forma, temos quem estabeleceram moradias: as famílias que subiram o rio Tocantins, a partir de sua foz; ou aquelas que desceram da região de Carolina e Imperatriz, no Maranhão; ou mesmo aquelas que fizeram o caminho pelo rio Araguaia, vindos da região de Porto Nacional, em Goiás, conforme compreendemos de Estevão Gallais (GALLAIS, 1954) e de Cícero da Silva Júnior (SILVA JÚNIOR, 2021).

Segundo Octavio Ianni, mais ao sul do estado do Pará, município de Conceição do Araguaia, até 1960, no conjunto da economia local, predominavam-se

[...] sítios e fazendas, nos quais havia roças e criações destinadas à subsistência dos produtores, os seus familiares, parentes ou agregados[...]. A totalidade desses sitiantes e fazendeiros era composta de posseiros; pessoas e famílias que trabalhavam a terra sem qualquer título de posse legal. Tanto assim que ainda em 1960, entre os 982 estabelecimentos rurais registrados pelo recenseamento, 968 estabelecimentos estavam sob a responsabilidade de ocupantes, isto é, posseiros (IANNI, 1978, p. 75).

Esse quadro apontado por Octavio Ianni é bem compatível com uma característica mais geral da Amazônia, em que a maioria das terras exploradas ocorria inicialmente por meio da constituição do que se convencionou chamar por “posse”. A posse, como tal, é decorrente de um processo que ocorre, de certo modo, violento, uma vez que a maioria tomou forma avançando sobre as terras originalmente pertencentes aos vários povos indígenas que habitavam a região.

É importante frisar que essas famílias de trabalhadores rurais, que passaram a habitar o sul e o sudeste do Pará, além do extrativismo vegetal de caucho, açaí, bacaba, cupuaçu, castanha-do-pará, dentre outros produtos, plantavam roças para prover-se de mantimentos básicos, como arroz, feijão, milho e mandioca para a farinha, e criavam animais, como galinhas, patos, porcos e, em alguns casos, até gado. Também pescavam e caçavam animais silvestres para o consumo. Periodicamente, negociavam as peles de onças, veados e gatos jaguatirica. Praticavam uma agricultura de rotação, deixando a terra por um período em pousio, voltando a tomar forma a cobertura vegetal, a que os habitantes do lugar chamam, até os dias atuais, por capoeira. Decorridos alguns anos, a capoeira torna-se floresta, podendo, depois de algum tempo, plantar ali novas roças. Nessa época:

Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem. Praticamente não existiam “donos de terra”. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam “latifúndios”. A divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. “Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é sicrano. Até na serra tal é de beltrano”. Mas não existiam “donos de terra” (PEREIRA, 2015, p. 68).

Mas, a partir de 1960, com a execução da política dos governos militares para a Amazônia do “Integrar para não entregar” e de “Terra sem homens, para homens sem terra”, a fisionomia da região passou a mudar em razão da chegada de migrantes de diversas partes do País devido à propaganda governamental, em inúmeros meios de comunicação, prometendo facilidades na aquisição de terras e trabalhos no interior da Amazônia, e também em razão da implantação de projetos de infraestrutura. Numa dessas frentes de expansão da fronteira agrícola ocorreu a construção da estrada que ligou a rodovia Belém-Brasília, na altura da cidade de Guaraí, à Conceição do Araguaia, da PA-70, da Transamazônica e da PA-150, e junto temos a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Essas rodovias não só possibilitaram o deslocamento de pessoas para a região, como também fizeram intensificar o transporte de mercadorias e produtos extrativos. Outro aspecto relacionado às rodovias construídas na região consiste na mudança de orientação das vilas e cidades que se localizavam às margens dos rios. Como os rios amazônicos constituíam e ainda constituem a via de transporte pela navegação, ainda hoje, para muitos povoados, as cidades eram construídas e cresciam tomando suas margens como referência. Assim, surgiram Conceição do Araguaia, Marabá, Santa Cruz, São Raimundo, Ipinagés, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Tucuruí, entre outras. O advento das rodovias faz surgir novas cidades situadas às suas margens, como Jacundá, Abel Figueiredo, Rondon do Pará, Xinguara, Rio Maria e Redenção. A respeito do fenômeno das novas rodovias, Schmink e Wood ponderam que:

Historicamente, os assentamentos sempre aconteceram à beira dos cursos d’água da região, e isso foi abruptamente mudado para as poeirentas cidades que surgiram à beira de estradas do interior. Ainda mais significativo foi o poder que o acesso por rodovias exerceu para transformar os recursos naturais, incluindo a terra, em mercadorias que poderiam ser rapidamente vendidas nos mercados nacionais e internacionais. A abertura de estradas no sul do Pará, portanto, acirrou as disputas sobre a terra, minérios e recursos florestais (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 194).

A rodovia passa a exercer um papel simbólico e objetivo na mente das pessoas que envolve a ideia de progresso, mas também passa a ter um aspecto valorativo que afeta as condições sociais,

tanto de moradores já instalados como de quem se projeta para o lugar, na medida em que até as terras situadas naquelas vias recebiam não só a majoração de preço, mas também a cobiça de grupos de grileiros e fazendeiros, dadas as condições reais de possibilidade de transporte de produtos, pelo menos nos períodos de estiagens.

Foi através dessas vias que se intensificou a chegada de famílias de trabalhadores rurais à região para ocuparem as terras devolutas que ainda existiam – não ignoramos que fazendeiros e empresários que atuavam e atuam em toda Amazônia, avançam também sobre as terras devolutas de um modo voraz. Eram procedentes dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Piauí, mas também oriundas das regiões Sul e Sudeste, fugindo da extrema pobreza e dos impactos das grandes hidrelétricas. Em suas regiões de origem, esses trabalhadores rurais desempenhavam funções como agregados, meeiros, arrendatários ou eram peões de grandes fazendas. Também eram trabalhadores rurais do norte de Goiás, compondo o atual estado do Tocantins e do sudoeste do Maranhão que ali tinham perdido suas terras para empresas e proprietários do Centro-Sul do País em razão da grilagem e do comércio de terras com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Uma vez na região, foram aos poucos se juntando aos antigos posseiros: descendentes de barqueiros e carregadores nas embarcações que acabaram habitando as margens dos rios; ex-garimpeiros dos garimpos de cristal e de diamante nos rios Tocantins e Araguaia, e inúmeros ex-castanheiros.

Esse processo de ocupação de terras, Hébette (1988), Musumeci (1989) e Almeida (1991) designaram como “colonização espontânea”, “ocupação livre” ou “ocupação espontânea” para diferenciar das ocupações de terras planejadas e dirigidas pelo Estado, como foi o caso da colonização oficial ao longo da rodovia Transamazônica com a implantação dos Programas Integrados de Colonização - PICs Marabá, Altamira e Itaituba, onde se previa, para cada PIC, a construção de agrovilas e rurópolis, conforme formulam Ianni (1978) e Almeida (1991).

Para Hébette (1988) e Almeida (1991), o desemprego, a abertura de estradas e a propaganda governamental prometendo terra e trabalho, na Amazônia, fizeram com que muitos trabalhadores rurais migrassem em busca da terra. Uma vez na região, passaram a ocupar livremente as terras devolutas. Embrenhavam-se na mata, limpavam um trecho, plantavam roças, construíam ranchos e demarcavam com rústicas picadas as suas posses, juntando-se aos grupos de posseiros que existiam.

Em José de Souza Martins encontramos uma explicação, para quem posseiro é o:

[...] lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho. Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à

assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse (MARTINS, 1995, p. 104).

Esses trabalhadores rurais, como não possuíam qualquer tipo de documento que os legitimassem enquanto proprietários de suas terras, com a chegada de empresários e fazendeiros do Centro-Sul avançando sobre as suas terras, passaram a sofrer com todos os tipos de violência: “[...] tapeação, mentiras, perseguição, casas queimadas, roças invadidas, ameaças etc.” (AVELAR *et. al.*, 1970, p. 1).

Os pretensos donos dos imóveis, autoproclamados como fazendeiros e empresários, uma vez constatada a presença de posseiros na área, requeriam junto à comarca local ações de reintegração de posse; mas outras formas de pressão às vezes eram realizadas, antes ou paralelamente com a ação judicial, como o bloqueio de estradas e caminhos, embargos dos serviços nas roças, a soltura do gado nas plantações dos agricultores, ameaças de toda ordem. Mas, na maioria dos casos, a violência era praticada por pistoleiros, mesmo nas situações em que a polícia entrava na área para cumprimento de ordem judicial. Diversas foram as ações de violência praticadas pela polícia, que, uma vez auxiliada por pistoleiros dos fazendeiros, efetuava prisões, espancamentos, destruição de moradias, de depósitos de cereais e de plantações. Em muitos casos a situação redundava em assassinatos.

Um dos casos que ajuda a entender essa situação ocorreu próximo ao povoado Rio Maria, município de Conceição do Araguaia. Em 1979, diversos trabalhadores rurais que chegaram à região, seguindo pela PA-150, recém-construída, ocuparam uma área de terras devolutas. Lá, demarcaram os seus lotes, construíram casas, plantaram roças. Mas, por volta do mês de novembro do ano seguinte, Rômulo Tavares, pretense dono da área, solicitou ajuda ao Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT e, com base em um relatório do órgão, conseguiu junto ao juiz da comarca de Conceição do Araguaia uma ação de reintegração de posse. Mas, paralelamente, o fazendeiro contratou pistoleiros para expulsar os posseiros, assassinando, entre novembro de 1980 e janeiro de 1981, três deles. Não há registros sobre qualquer investigação policial que tenha conseguido identificar os corpos dos posseiros e a autoria das mortes (CPT de Xinguara, 1980 – Arquivo)² mesmo porque, normalmente, a polícia se recusava recolher os corpos e proceder as investigações visando esclarecer os fatos à sociedade, e levar à justiça os mandatos e executores daqueles crimes.

Convém registrar uma marca da violência praticada por fazendeiros, empresários e

2 Anotações feitas pelos agentes da equipe da CPT de informações repassadas pelos posseiros da área.

comerciantes que chegaram à região contando com o apoio financeiro e político dos governos federal e regional, que consistia na grilagem e invasão de grandes extensões de terras. Porém a partir da segunda metade da década de 1970, posseiros que haviam sido expulsos de suas terras juntaram-se aos inúmeros trabalhadores rurais que chegavam do Nordeste, Sul e Sudeste do País e passaram a ocupar imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. Esses trabalhadores rurais entraram na Amazônia paraense atraídos pela promessa amplamente veiculada, nos meios de comunicação, pelo governo federal, da existência de terras abundantes e lucros fáceis na Amazônia. Vários foram aqueles e aquelas que deixaram as suas regiões de origem e atravessaram os rios Araguaia e Tocantins em busca da terra de trabalho (em oposição à terra de especulação, dos fazendeiros), sobretudo com o desejo de conseguir um lote de terra na área de colonização às margens da rodovia Transamazônica entre as cidades de Marabá e Itaituba.

Quando Garrastazu Medici esteve em Manaus (AM), em outubro de 1970, participando de uma reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com empresários e políticos, prometeu implantar, ao longo da rodovia Transamazônica, os PICs, criados pelo INCRA para assentar nordestinos empobrecidos pela seca. Vejamos como ele aborda essa situação, na passagem abaixo de seu discurso, naquela ocasião:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (MEDICI, 1970, p. 149).

Para coordenar esses PICs, o governo federal encarregou o INCRA, criado, pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, três meses antes da ida de Medici à Manaus. Em um trabalho articulado com diversas prefeituras municipais, esse órgão assumiu a seleção de agricultores no Nordeste, no Sul e em estados de outras regiões, para serem assentados às margens da rodovia Transamazônica, sendo uma cota de 70% para os estados do Nordeste, 10% para Rio Grande do Sul e 20% para estados de outras regiões. A propaganda que se veiculou nos meios de comunicação previa o assentamento de cerca de 100 mil famílias entre 1971 e 1974, conforme os levantamentos realizados por Contini (1976) e por Hébette (2004). Contudo, ao final da política de colonização na Transamazônica, em 1979, o número de assentados não passava de 7.674 famílias nos PICs Marabá, Altamira e Itaituba. Essa cifra fica bem aquém das promessas iniciais do governo federal, como analisa Pereira (2015).

Se, por um lado, é possível afirmar o fracasso da colonização na faixa da Transamazônica diante do número irrisório de famílias assentadas, somam-se ainda os problemas logísticos e de

infraestrutura, como a precariedade das estradas, a falta de condições de moradia, a ausência dos serviços na área da saúde e da educação, entre outros, o mesmo não se pode dizer quanto aos seus efeitos nos processos de deslocamentos de pessoas, especialmente trabalhadores rurais de diversas partes do País para essa região. Só para se ter uma ideia, os cinco municípios do sudeste paraense, na época composto por Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí e São João do Araguaia, passaram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225,75% (IBGE, 1983).

As famílias de trabalhadores migrantes, uma vez não encontrando as terras que sonhavam, sem alternativas, passaram a ocupar diversos imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, como foi o caso das fazendas Bela Vista, Curral de Pedras, Lontra, Jacutinga, Menina Moça, Marreca, Nazaré e Milhomem, em Conceição do Araguaia; Arraiaporã, Consolação, Inajá, Guarantã, em Redenção; Vale da Serra, Flor do Pará, Três Rios e Diutá, em Rio Maria; Propasa, Campo Alegre e Pau Brasil, em Santana do Araguaia; Agropecus, Grotão e Caps, em Santa Maria das Barreiras; Abóbora, Cajazeira, Limão, Açaizal, Olho d'água e Boa Esperança, em São Geraldo do Araguaia; Marajoara, Mucum, Barreiro Preto e Escalada do Norte, em Xinguara (CPT de Xinguara – Arquivos); Ubá, Araras, Santo Antônio, em São João do Araguaia; Belo Vale, Piquiá, Princesa e Lagedo, em Marabá (CPT de Marabá - Arquivos).

Esses ocupantes de terras se identificavam como posseiros. Na maioria das vezes, para a conquista da terra, viram-se obrigados a enfrentar com o emprego de armas os inúmeros pistoleiros e a polícia, que atuavam como protetores dos interesses dos fazendeiros. Nesse sentido, posseiros aqui não estão apenas associados ao *status* jurídico de sua relação com a terra, conforme previsto no Estatuto da Terra, consignado na Lei nº 4.504, de 30/11/1964, mas como atores de resistências e de confrontos ao projeto político e econômico de latifundiários e do Estado para a região.

Segundo os dados da CPT, entre 1980 e 1997, 294 imóveis improdutivos foram ocupados por posseiros no sul e sudeste paraense, sendo 186 na área geográfica da Diocese de Conceição do Araguaia e 108 na área geográfica da Diocese de Marabá (CPT de Marabá e Xinguara – Arquivos). Em reação, os fazendeiros acionavam a polícia e contratavam pistoleiros para expulsar e assassinar trabalhadores. Conforme consta nos dados da CPT, nessas duas dioceses, entre os anos de 1980 e 1997, 473 trabalhadores rurais foram assassinados em razão das disputas por terras (CPT, 2010).

Nesse sentido, é possível compreender os conflitos e a violência no campo, nessa parte da Amazônia, não somente em razão da reação dos posseiros à ação violenta dos fazendeiros, mas também devido à reação dos fazendeiros à ação dos trabalhadores que se organizando politicamente ocuparam inúmeros imóveis improdutivos que, no processo da luta, passaram também a se identificar como posseiros.

Acampamentos e os novos significados das ocupações de terras

Problematizamos a denominação *posseiro*, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, pois entendemos que não pode ser empregada tão somente para explicar os ocupantes de terras devolutas. Nessa parte do território amazônico que estudamos, posseiros são também os trabalhadores rurais que ocupavam imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos e reivindicavam a sua desapropriação com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e a criação de projetos de assentamentos para alocar as famílias sem a terra para trabalhar.

A grande maioria desses posseiros, sobretudo de áreas que se encontravam em intensos conflitos, com apoio e assessoria da CPT e de padres e freiras das paróquias das Dioceses de Conceição do Araguaia e de Marabá, organizou-se nas oposições sindicais e ganhou as eleições dos STRs a partir de 1985, como ocorreu nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e Itupiranga. Todos os trabalhadores rurais que encabeçaram as chapas das oposições desses STRs eram lideranças de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs de áreas de conflitos que haviam passado por um longo processo de formação política na Igreja Católica³.

Mas foram também esses posseiros que organizaram as primeiras ocupações e acampamentos nas sedes do GETAT/INCRA⁴ em Conceição do Araguaia e Marabá como forma de pressão ao órgão para que áreas fossem desapropriadas e famílias assentadas, como ocorreu nos casos das fazendas Joncon/Três Irmãos e Bela Vista, em Conceição do Araguaia, e do Castanhal Araras e fazenda Água Fria/Pedra Furada, em Marabá.

Em dezembro de 1985, os posseiros da fazenda Joncon/Três Irmãos ocuparam o a sede do GETAT em Conceição do Araguaia e ali ficaram acampados por vários dias porque o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) havia descumprido o acordo de desapropriação do imóvel em negociação com o STR e as lideranças da área naquele ano. A PM cortou a água e a energia elétrica do prédio e ameaçou invadir o local. A desapropriação e a emissão de posse foram concretizadas no início de 1986. A segunda ocupação e o acampamento na sede do GETAT/INCRA, em Conceição do Araguaia, estão relacionados ao caso da Fazenda Bela Vista. Em junho de 1987, cerca de 300 posseiros ocuparam o prédio do órgão e ficaram acampados ali por nove dias. As principais reivindicações eram a retirada da PM de dentro da área e a concretização

3 Os elementos para abordar os aspectos destacados acima foram recolhidos de Emmanuel Wambergue, o Mano (ex-agente da CPT), em entrevista de uma hora e quinze minutos concedida a Airton dos Reis Pereira em 5/12/2006, Marabá (PA) – Projeto de Pesquisa “Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará”. Felipe Alves de Macedo, o Filipinho (sindicalista). Entrevista de uma hora e vinte minutos concedida a Airton dos Reis Pereira em 26/7/2003, Conceição do Araguaia Projeto de Pesquisa O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista.

4 O GETAT foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.799, de 5/8/1980, em substituição ao Incra no sul e sudeste do Pará, norte de Goiás e sudoeste do Maranhão, e extinto pelo Decreto-Lei nº 2.328, de 5/5/1987. Em 1987 e 1988, em Conceição do Araguaia, o prédio e os veículos do órgão possuíam ainda a inscrição “GETAT”.

do processo de desapropriação do imóvel. A PM, por determinação do juiz da Comarca de Conceição do Araguaia, fazia a segurança do gerente e junto com pistoleiros queimaram cerca de 22 casas dos posseiros (O LIBERAL, 17/06/1987; O GLOBO, 18/06/1987; PEREIRA, 2004). Na época, vários posseiros foram presos e espancados e outros quatro (dois homens, uma mulher e uma criança) e um pistoleiro foram mortos em razão do conflito (PEREIRA, 2004).

Em Marabá, os posseiros das fazendas Água Fria/Pedra Furada, em dezembro de 1986, ocuparam o prédio do GETAT e ali ficaram vários dias acampados. Na ocasião, eles exigiam o fim da violência praticada por pistoleiros e pela polícia, além da desapropriação da área e o assentamento das famílias. Outra ocupação e acampamento ocorridos na sede do GETAT/INCRA, em Marabá, foram realizados pelos posseiros do Castanhal Araras, município de São João do Araguaia. Os posseiros que ocupavam uma parte da Terra Indígena Mãe Maria, do povo Gavião, a partir de uma negociação entre o GETAT, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o STR de São João do Araguaia, foram transferidos para o Castanhal Araras, que já tinha sido desapropriado. Devido à morosidade do governo federal em resolver o problema, os posseiros ocuparam as dependências do órgão e exigiram o assentamento das famílias, a construção de estradas, a instalação de energia elétrica e a implantação de escolas para jovens e crianças. As famílias ficaram acampadas no prédio do órgão por sete meses, isto é, de 6 de junho a 19 de dezembro de 1987.

Mas a partir da segunda metade dos anos 1990, a luta pela terra na região passou a sofrer influências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST quando a prática do *acampamento* às margens de uma estrada ou mesmo dentro de um imóvel passou a ser adotada também pelos trabalhadores rurais ligados aos STRs. No início, houve resistências por parte de sindicalistas e agentes da CPT que não acreditavam que a prática de acampamentos, como ocorria no Sul do País, pudessem dar certo, devido ao modelo de ocupação da terra até então praticado pelos posseiros, e também em razão da violência de proprietários e empresários rurais e da conivência e omissão dos órgãos governamentais com esse tipo de violência. A fala de José Batista Afonso, advogado da CPT, revela bem essa questão:

O MST chegou no Pará, em Conceição do Araguaia, no final da década de 1980, mais precisamente no ano de 1988 quando organizou o primeiro acampamento na região, na Fazenda Ingá. Alguns meses depois eles organizaram o segundo acampamento, na fazenda Canarana [...]. Em Conceição também tinha uma atuação muito forte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que era assessorado bem de perto pela CPT e pelo MEB⁵ que, de certa forma, conseguia apoiar a ocupação de latifúndios no município. Boa parte dos latifúndios do

5 O Movimento de Educação de Base – MEB foi criado em 1961, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CCNB, com o propósito de desenvolver educação de base, especialmente por meio da alfabetização e ações voltadas à saúde, ao lazer e à cultura. Em Conceição do Araguaia, a partir de 1962, atuou com a educação popular por meio das escolas radiofônicas e no apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em conjunto com a CPT.

município de Conceição do Araguaia naquela época estava ocupados pelo movimento dos posseiros. Eles tinham uma característica própria de fazer a ocupação da terra. Inclusive o acampamento feito pelo MST na região teve dificuldade de subsistir devido essa metodologia que sempre prevaleceu na ocupação da terra. No caso da fazenda Ingá deu muito conflito interno porque o pessoal não adaptava esse sistema de ficar acampado. Eles queriam logo ir para o lote. Isso gerou divisões internas no acampamento, houve rixa, enfim colocou o acampamento numa instabilidade muito grande. O caso da fazenda Canarana ficou muito mais claro essa dificuldade. Enquanto o pessoal do MST estava acampado, os posseiros entraram pelos fundos. Quando o pessoal do acampamento despertou a terra estava quase toda ocupada e não tinha lugar para os que estavam acampados[...]. Na região de Marabá o MST instaura também um processo de ocupação via acampamentos. Aqui inicialmente teve muitos conflitos. Eu não estava aqui na época, mas quando eu cheguei eu tomei conhecimento que era ainda bastante tensa a relação movimento sindical com o MST.⁶

Antes de 1991, nunca se falava em sem-terra em nossa região aqui em Marabá. Se falava em posseiro, isso aí sim [...]. Hoje todo mundo é sem-terra que seja do movimento sindical que seja não sei o que. A gente questionava: como é que vocês fazem acampamento e os pistoleiros? E a polícia? Eu perguntava. A gente não entendia. Dizia que o acampamento dava visibilidade, dizia o Pedro Stedile. Tá louco cara! O acampamento que a gente fez é dentro do Incra [...].⁷

Como consta categórico nos referidos depoimentos, o acampamento em um imóvel ou às margens de uma rodovia não fazia parte das estratégias de luta dos posseiros e, conseqüentemente, do movimento sindical que tinha as suas bases nesse seguimento dos trabalhadores rurais da região, assim como também da CPT que apoiava diretamente a atuação dos posseiros. Só a partir de 1996, com a criação das regionais sul e sudeste do Pará, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI-PA (FETAGRI Sul do Pará e FETAGRI Sudeste do Pará), com sede em Redenção e em Marabá, e também em razão das repercussões do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar, os trabalhadores rurais ligados aos STRs e ao MST passaram a negociar com o Governo Federal algumas pautas comuns, não só relacionadas à desapropriação de imóveis improdutivos, mas também aos recursos para créditos e infraestrutura para os projetos de assentamentos. Foi então que, nos anos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, ocorreram os denominados *grandes acampamentos*, com cerca de 10 mil pessoas para cada acampamento, na sede do INCRA em Marabá, onde também funcionava a Superintendência Regional do Órgão (CPT de Marabá - Arquivo).

As experiências de ocupação e acampamento dentro das sedes do GETAT, na década de 1980, os *grandes acampamentos* em frente à sede da Superintendência Regional do INCRA, em

⁶ José Batista Gonçalves Afonso (Advogado da CPT). Entrevista de cinquenta e cinco minutos concedida a Airton dos Reis Pereira em 17/12/2006, Marabá (PA) – Projeto de Pesquisa “Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará”.

⁷ Emmanuel Wambergue, o Mano (Ex-agente da CPT). Entrevista de uma hora e quinze minutos concedida a Airton dos Reis Pereira, em 5/12/2006, Marabá (PA) – Projeto de Pesquisa “Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará”.

Marabá, na década de 1990 e, sobretudo, os acampamentos bem-sucedidos por famílias ligadas ao MST, em fazendas da região, influenciaram o movimento sindical. Foi a partir desse momento que o termo *sem-terra*, nessa parte do território amazônico, tomou força, sobrepondo, em parte, a designação *posseiro*. O *acampamento* às margens de uma rodovia ou na frente de um imóvel que, até então, era visto por sindicalistas e agentes de pastorais como uma estratégia inadequada, tornou-se também uma ferramenta importante para muitos STRs da região.⁸ Acreditamos que um fator importante que pode ter influenciado esse quadro é a conjuntura política e econômica da época, bem diferente daquela do período da ditadura militar e da nova república.

Quanto à natureza dos acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra, Fernandes (2012) aponta que

[...] é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária (p. 23).

Mas os acampamentos são também compreendidos como espaços onde ocorrem ações pedagógicas, porque é onde se processa a formação das novas lideranças que atuarão no futuro. Ali, é possível perceber o envolvimento e a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Cada um, a seu modo, dá a sua parcela de contribuição no processo da luta. Além dos grupos de jovens e de mulheres que se reúnem para discutir e encaminhar diversas questões relacionadas às suas lutas, são formadas as comissões responsáveis por saúde, segurança e escola do acampamento.⁹

Mas, vale explicar que os acampamentos se despontam também como espaços efetivos de inclusão de uma certa parcela excluída do acesso à educação. Vários são aqueles e aquelas que não tiveram acesso à escola e que, naquelas circunstâncias de luta pela terra, passam pelo processo de alfabetização letrada e política. É assim que, pela primeira vez, frequentam uma sala de aula, mesmo que em condições precárias, mantida por recursos das prefeituras municipais ou dos próprios integrantes do acampamento. Ainda é preciso destacar que os acampamentos acabam constituindo um espaço de reconhecimento social e político de muitos homens e mulheres que sempre foram invisíveis para e na sociedade. É nesse contexto que se tornam sujeitos da ação e passam a assumir funções de dirigentes. Ainda que não sejam dirigentes, adquirem confiança para manifestar publicamente as suas reivindicações ou expôr em relevo seus pontos de vista a respeito

8 José Batista Gonçalves Afonso. Entrevista citada anteriormente; Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista citada anteriormente.

9 Francisco Alves, o Chiquinho (agenda da CPT). Entrevista de quarenta e cinco minutos concedida a Airton dos Reis Pereira, em 21/2/2023, em Marabá (PA) – Projeto de Pesquisa “Dimensões políticas dos conflitos e da violência no campo, Estado do Pará (1980-2022)”.

do assunto em pauta em dadas circunstâncias.

Contudo, essa forma de fazer a luta pela terra não suplantou por completo as práticas antigas de ocupação de terras, tomando como primeiras benfeitorias a construção de roças e de moradias, para caracterizar a sua existência, como já ocorria historicamente. Embora o *acampamento* tenha se tornado uma ferramenta política importante dos trabalhadores ligados ao MST e aos STRs, em razão da demora ou da omissão do INCRA e do Instituto de Terras do Pará - ITERPA em desapropriar os imóveis improdutivos ou arrecadar áreas públicas ilegalmente ocupadas por grandes fazendeiros para criar os projetos de assentamentos, os trabalhadores acabam optando por desmontar os seus acampamentos, dividir os imóveis reivindicados em pequenos lotes e ocupá-los definitivamente.

A demora por parte do INCRA ou do ITERPA para agir nessas situações acaba acarretando dificuldades inerentes ao próprio processo de organização das famílias no acampamento, na medida em que vivem em precários barracos de lona, com pouca produção de alimentos, problemas de relacionamentos entre famílias vizinhas, racionamento de água, insegurança, entre outros fatores que se acumulam.

Francisco Alves, o Chiquinho, que participou de todos esses movimentos e já está efetivado no Projeto de Assentamento Pedro Laurindo (antiga fazenda Cabo de Aço), agente da CPT de Marabá, relata-nos qual é a diferença entre ser acampado e ser ocupante quando diz que:

[...] ser um acampado é complicado, mesmo porque as necessidades parecem que são muito mais gritantes do que quando você está na sua parcela de terra, no seu lote, porque a terra te dá uma tranquilidade, te dá uma leveza, te dá uma paz de espírito. Mesmo tu imaginando que amanhã tu podes ser despejado, mas quando tu estás na sua parcela de terra, tu tens essa paz de espírito, um momento ímpar assim quando tu saís do acampamento que vai para a sua terra. Em seu lote você pode plantar uma roça, criar galinhas, criar porcos, ter as suas plantas [...]. No acampamento é sufocante. A ocupação, ela tem essa leveza. Parece mais confiante. Parece estar mais vulnerável, porém você se sente mais seguro.¹⁰

Francisco Alves explica que os acampados se sentem sufocados, ao passo que ter uma terra sob seu domínio provoca no sujeito a sensação de leveza, porque a pessoa pode decidir, ela mesma, onde fazer a sua casa e sua roça, além de a terra poder prover os alimentos para a família.

Os *acampamentos* e as *ocupações* são estratégias de pressão dos trabalhadores para que a reforma agrária seja realizada, porém, efetivam-se em momentos e circunstâncias diferentes. Enquanto o *acampamento* remete ao significado de um momento em que os trabalhadores se alojam, provisoriamente, em um só lugar — seja na beira de rodovias ou nas áreas próximas ou

¹⁰ Francisco Alves, o Chiquinho, entrevista citada anteriormente.

dentro do imóvel reivindicado, a *ocupação*, nesse caso, é a mudança e instalação dentro do imóvel reivindicado a partir de divisão e sorteios dos lotes, construção de roças e de casas e outras benfeitorias, como espaços individualizados e demarcados como pertencente a cada pessoa.¹¹

Nessas situações, as ocupações se efetivam a partir do momento em que o processo de negociação de desapropriação, de áreas com título definitivo, ou de arrecadação, de áreas públicas, dos imóveis encontra-se em estágios avançados e com poucos riscos de cumprimento de ações de reintegração de posse. São os próprios trabalhadores rurais que decidem os tamanhos dos lotes, como esses lotes são demarcados e quantas famílias são contempladas. Francisco Alves, o Chiquinho, explica como ocorreu a decisão das famílias do acampamento Zumbi dos Palmares, da Fazenda Cabo de Aço, no município de Marabá, no final de 2008. Maria Joel Dias da Costa, a Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará, também explica como as famílias dos acampamentos no município de Rondon do Pará procederam sobre as áreas reivindicadas. Vejamos as suas narrativas:

Chegou um momento que as famílias não aguentavam mais. Então resolvemos dividir a terra toda na corda. A gente sabia que tinha uma média, medimos um bocado na corda, mas aí paramos, estava difícil e também iria chamar muita atenção do pessoal da fazenda. Então decidimos: “vamos procurar o sindicato e vamos procurar um topógrafo”. Depois que foi medida a área, o tamanho dos lotes que ficou em média de mais ou menos 9 alqueires para cada um. Aí marcamos um momento para ocupar os lotes. Chamamos sindicato e a Pastoral da Terra para fazer a mediação. Aí foi feito o sorteio. Cada família ficou com seu lote. Ou seja, as famílias devido a necessidade, o tempo de espera que se prolongavam tanto em função da morosidade do Incra e em função da morosidade do governo, que as famílias resolveram entrar pra dentro da terra, independente das consequências que estava posta para nós enquanto grupo, que poderíamos ser despejados, mas a gente estava disposto a encarar isso, como de fato encaramos.¹²

Dos sete acampamentos ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, de 2005 para cá, passado um tempo as famílias acampadas diziam: não, tá na hora da gente, de cada um ir para o seu lote, saber onde fazer a sua casa, saber onde vai fazer o seu pomar, o seu sítio, plantar a sua rocinha... Então, tinha todo esse questionamento. E daí os próprios trabalhadores se organizavam e faziam a demarcação através de uma corda. Tirava aquela equipe que tinha mais um entendimento, que entendia mais essa questão de demarcação e fazia a demarcação dos seus lotes. Pra cada um ir pra seu lote, pra saber qual era seu lote, é através de sorteio.¹³

Esses não são os únicos casos a tomarem formas nas mesmas circunstâncias, pois algo parecido ocorreu com outras áreas, como foi o caso dos acampamentos Cristo Rei (fazenda Tibiriça,

11 Francisco Alves, o Chiquinho, entrevista citada anteriormente; Maria Joel Dias da Costa, Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará. Entrevista de vinte e um minutos concedida a Airton dos Reis Pereira em 21/2/2023, em Rondon do Pará (PA). – Projeto de Pesquisa “Dimensões políticas dos conflitos e da violência no campo, Estado do Pará (1980-2022)”.

12 Francisco Alves, o Chiquinho, entrevista citada anteriormente.

13 Maria Joel Dias da Costa, Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará, entrevista citada anteriormente.

100 famílias) e Quilombo dos Palmares (fazenda Balão II, 37 famílias), ligados ao STR de Marabá; dos acampamentos Deus te Ama (fazenda Santa Mônica, 60 famílias), Deus é Fiel (fazenda Bela Vista, 104 famílias), Rainha da Paz (fazenda Frial I, 50 famílias), Nossa Senhora Aparecida (fazenda Frial II, 67 famílias), Raio de Luz (fazenda Água Branca, 57 famílias), Nova Canaã (fazenda Três Lagoas, 92 famílias) e Bonfim (fazenda Limão, 80 famílias), ligados ao STR de Rondon do Pará; e dos acampamentos Elenira Rezende (fazendas Cedro, Fortaleza e Rio Pardo, 290 famílias) e Delcídio Jurandir (Castanhal Maria Bonita, 225 famílias) ligados ao MST.

Chiquinho continua explicando:

Na verdade, as famílias ficam acampadas até o momento que elas conseguem se organizar para achar um topógrafo e fazer a divisão dos lotes. A partir do momento que elas conseguem, a partir daí acaba o acampamento, que seja acampamento ligados ao MST, que seja acampamento ligados aos sindicatos da Fetagri. Do movimento sindical é mais rápido porque eles estão mais articulados com essa linha da ocupação, eles estão mais próximos dessas experiências, vamos dizer assim, desse jeito de fazer a luta que não veio de fora, é aqui da própria região, então ela se adequa muito mais rápido.¹⁴

As práticas do acampamento têm suas raízes no Sul do País, onde o MST foi criado. Porém, essa estratégia de luta pela terra foi copiada e muito bem-sucedida no sul e no sudeste paraense, seja pela introdução do MST, seja pela ação dos sindicatos orientados pela CPT. A morosidade do INCRA ou do ITERPA em criar os assentamentos das famílias, prolongando, assim, as dificuldades enfrentadas pelos acampados, tem levado os trabalhadores a optarem politicamente pela ocupação da área, destinando a cada família um lote. Destacamos, na fala de Chiquinho, que desmontar o acampamento e ocupar a terra, embora sejam atos realizados por trabalhadores ligados ao MST, parece que para os acampados ligados ao movimento sindical ocorrem com maior facilidade, porque, em certa medida, são formas que podem estar mais próximas das experiências de luta dos posseiros das décadas de 1970 e 1980. Contudo, de todo modo há uma vitória expressa na conquista da terra, muito embora enfrentando condições adversas, tanto por parte da morosidade dos organismos públicos, como da violência praticada pelos fazendeiros e pela polícia. Não é demais lembrar que aquelas ocupações foram convertidas em terras das famílias que lá vivem até os dias atuais. Muito embora a violência tenha ceifado centenas de vidas de familiares, companheiros, advogados, líderes sindicais e religiosos, a vida segue seu curso para quem está assentado e trabalhando a terra.

14 Francisco Alves, o Chiquinho, entrevista citada anteriormente.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar ao logo deste texto, as ocupações de terras no sul e sudeste do Pará são estratégias de luta pela terra por parte dos trabalhadores rurais desde a década de 1960. Se, em um primeiro momento, elas ocorreram em terras devolutas, tomadas assim como “ocupações livres” ou “ocupações espontâneas”, e os ocupantes dessas terras eram identificados como posseiros, com a intensificação da migração de famílias empobrecidas de diversas partes do País para a região, a partir da década de 1970, uma vez não encontrando mais “terras disponíveis”, essas ocupações passaram a ser efetivadas em latifúndios, caracterizados como áreas com títulos definitivos e de aforamentos, e os ocupantes também identificados como posseiros. Esses dois momentos foram marcados por muita violência. As ações da polícia e de pistoleiros requisitados pelos fazendeiros atingiram as moradias e os espaços de produção dos trabalhadores rurais, com destruição de casas, plantações e depósitos de cereais, como bem foi pontuado no texto; além disso, inúmeros foram expulsos, ameaçados de morte, presos, espancados e até assassinados. Mas, podemos falar também de uma violência seletiva recaindo sobre as lideranças mais expressivas, porque diversos sindicalistas foram assassinados, como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, em 1980; José Manuel de Souza, o Zé Piau, em 1981; Lázaro Pereira Sobrinho, em 1985; João Canuto de Oliveira, em 1985; Braz Antônio de Oliveira, em 1990; Expedito Ribeiro de Souza, em 1991; Arnaldo Delcídio, em 1993, entre outros.

Nos últimos anos, embora trabalhadores rurais ligados ao MST e aos STRs da região tenham adotado o acampamento como uma das ferramentas importantes no processo de luta pela terra, a ocupação da terra com divisão dos lotes, plantação de roças e a construção de casas despontaram como forma de continuidade da luta pela terra, sobretudo em razão das necessidades de sobrevivência das famílias. A ocupação compreendida como uma prática situada numa dada época e historicidade remete a um tempo antigo, mas que, na atualidade, embora em circunstâncias diferentes das décadas de 1970 e 1980, continua ocorrendo com características parecidas com as das práticas dos posseiros. Isso não tem significado o fim da violência praticada pelos grandes proprietários de terras e pela polícia. Expressão dessa violência reside no fato da ocorrência de assassinados que vitimaram mais de 50 trabalhadores, em chacinas e massacres ocorridos entre 2000 e 2022, na região. Os exemplos mais significativos ocorreram nas fazendas: Estiva, em fevereiro de 2015, em Conceição do Araguaia (6 mortos); Santa Lúcia, em maio de 2017, em Pau D’Arco (10 mortos); na estrada vicinal da rodovia Trans Cametá, em março de 2019, em Baião (6 mortos) (CPT de Marabá e de Xinguara – arquivos).

As ocupações as quais estamos referindo são aquelas realizadas pelos trabalhadores rurais com o fim dos acampamentos. Uma vez cansados de esperar a criação dos Projetos de

Assentamentos por parte do INCRA ou do ITERPA, as famílias acampadas decidem, elas mesmas, dividir os imóveis reivindicados em pequenos lotes e ocupá-los definitivamente. Essas áreas, em sua grande maioria, tornam-se Projetos de Assentamentos porque os trabalhadores rurais, com apoio do MST, dos STRs e da CPT continuam fazendo pressão e negociando com os órgãos responsáveis pela reforma agrária. Mas há áreas em que já ocorreu a emissão da posse em favor do INCRA ou do ITERPA, mas esses órgãos ainda não cadastraram as famílias, não criaram os projetos de assentamentos e não assentaram as famílias, como é o caso das fazendas Gaúcha, em Bom Jesus do Tocantins, e Santa Clara, em Marabá. Mesmo assim, as famílias dividiram a terra em pequenos lotes, ocupando toda a área definitivamente.

Atualmente, no percurso do ano de 2025, que se inicia, segundo a CPT de Marabá, há no sul e sudeste do Pará cerca de 41 imóveis improdutivos ocupados ou com acampamentos por 5.147 famílias de trabalhadores rurais, com liminar ou sentença de reintegração de posse (CPT de Marabá, 2023). Em algumas dessas, há expressiva produção de lavouras anuais, como milho, feijão e arroz; a criação de animais, como galinhas, porcos e gado leiteiro, além do cultivo de espécies frutíferas, como açaí, cupuaçu, abacaxi, mamão, acerola, entre outras. Se o INCRA e o ITERPA não viabilizarem a desapropriação e o assentamento dessas famílias, os conflitos continuarão e, como em outros casos, trabalhadores rurais e suas lideranças poderão perder as suas vidas porque a violência por parte dos latifundiários não cessou.

Referências

- AFONSO, José Batista Gonçalves. *Entrevista*. Marabá- PA, 17/12/2006.
- ALVES, Francisco. *Entrevista*, em Marabá (PA), 21/2/2023.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philipe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 259-290.
- AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; JESUS, Frei Mário Maria de. *O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia*. Conceição do Araguaia, 20/11/1970 (Datilografado).
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 4.504*, de 30/11/1964. DOU, 31/11/1964.
- COSTA, Maria Joel Dias da, Dona Joelma. *Entrevista*. Rondon do Pará – PA, 21/2/2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT DE MARABÁ. *Assassinatos no campo, estado do Pará* (1964-2010). Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011).

_____. *Imóveis com liminares ou sentenças de reintegração de posse*. Marabá: CPT de Marabá, 2023 (Fotocópia).

_____. *Arquivos* (1980-2023).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT DE XINGUARA. *Arquivos* (1980-2023).

CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas, 1976.

FERNANDES, Bernado Mançano. Acampamento: In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 23-27.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico: dados distritais (Pará)*. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

GALLAIS, Padre Estevão Maria. *O Apóstolo do Araguaia*: Frei Gil Vilanova, missionário dominicano. Adaptação portuguesa por Frei Pedro Secondy e Soares de Azevedo, Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

_____. *Entre os índios do Araguaia*. Tradução de Otaviano Esselin. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.

GIRARDI, Eduardo Paulo e FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *Agrária*, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

_____. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, p. 129-146, jan.-jun. de 2014.

HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, n. 3, dezembro/87 a março/88, p. 20-27.

_____. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (v. II).

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

- IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MACEDO, Felipe Alves de. *Entrevista*. Conceição do Araguaia-PA, 26/7/2003.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1995.
- MEDICI, Emílio Garrastazu. *Sob o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 143-153.
- MEDEIROS, Leonilde Servólo de; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26.
- MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes orais em História Oral. *Estudos Ibero-Americano*, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, junho 2006.
- MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.
- NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994 p. 177-183.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Economia Rural, 2004.
- _____. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, v. 2, n.2, set., 2008, p.99-136.
- _____. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora da UFPE, 2015.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- _____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- POSSEIROS do Pará acampam no Incra, *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1987.
- SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Edufpa, 2012.
- SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. *Os que chegam e os que saem: memória e identidade nos deslocamentos provocados pela UHE de Estreito - MA/TO (2007-2012)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia), Belém: Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/Universidade Federal do Pará, 2021.

PEREIRA, Airton dos Reis; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Lutando por terra: migração, acampamentos e ocupações de terras na Amazônia paraense

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Cidadania Dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 37, 1993, p. 131-148.

WAMBERGUE, Emmanuel. *Entrevista*. Marabá – PA, 05/12/2006.

300 POSSEIROS acampados no Incra, *O Liberal*, Belém, 17 de junho de 1987.